



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Nilto Tatto

Apresentação: 23/04/2025 18:09:14.560 - CMAI

REQ n.32/2025

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO Nº /2025
(Sr. Nilto Tatto)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Saúde para debater a relevância do PL 2417/2024

Senhora Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 24, III e art. 255 e seguintes, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em conjunto com a Comissão de Saúde para debater a relevância do projeto de lei 2417/2024. Para tanto, sugiro os seguintes convidados:

1. Sr. Rodrigo Agostinho, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama
2. Sr. Adalberto Maluf, Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
3. Sr. Vitor Saback, Secretário Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia
4. Sra. Larissa Rodrigues – Diretora de Pesquisa do Instituto Escolhas
5. Sr. Paulo Basta, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
6. Representante do Instituto Amazônico do Mercúrio (IAMER)

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por objetivo propor a realização de Audiência Pública com intuito de aprofundar o debate acerca do PL 2417/2024, que proíbe o uso de mercúrio no aproveitamento de substâncias minerais.

A Organização Mundial da Saúde classifica o mercúrio como uma das dez substâncias tóxicas que mais ameaçam a saúde pública. Embora o Brasil não seja





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal Nilto Tatto

produtor, é um grande utilizador da substância. O problema é que os controles sobre o uso e a aquisição de mercúrio têm se mostrado frágeis, redundando em graves problemas de saúde pública. Estudo do Instituto Escolhas mostrou que entre 2018 e 2022, 185 toneladas de mercúrio de origem desconhecida foram utilizados em garimpos de ouro, e diversos estudos produzidos pelas mais renomadas instituições científicas demonstraram que esse descontrole tem redundado em índices alarmantes de contaminação mercurial nas pessoas e nos peixes, principalmente na Amazônia brasileira. O cenário descrito constitui uma verdadeira calamidade sanitária. Dessa forma, faz-se necessário ouvir especialistas na área para que se possa debater a solução proposta pelo PL 2417/2024, de minha autoria.

Para tanto, convido representantes de diferentes setores da sociedade e do Poder Público que, certamente, enriquecerão o debate. Solicito o apoio dos demais membros desta Comissão no sentido da aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, Brasília, 22 de abril de 2025.

NILTO TATTO

Deputado Federal - PT/SP

